

# **DE MOCINHO A BANDIDO - MUDANÇAS E CONTINUIDADES NO MODELO ESPACIAL MODERNISTA DOS GRANDES CONJUNTOS DE HABITAÇÃO POPULAR**

**Thereza Carvalho Santos**

Vice-Coordenadora do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - UFF  
thereza.carvalho@terra.com.br

**Marcelle da Silva Araújo**

Aluna de TFG da Escola de Arquitetura e Urbanismo

O trabalho trata dos propósitos e conteúdos ideológicos originalmente atribuídos ao modelo espacial dos grandes conjuntos habitacionais, as reinterpretações, ao longo do tempo, quanto aos significados percebidos dessas formas arquitetônicas e urbanísticas. Examina o conceito modernista de habitação popular quanto ao contexto em que foi gerado, tendo por base - a eficácia funcional apreendida da arquitetura popular rural e a lógica mecanicista da linha de produção automobilística - e por propósito a promoção social das classes operárias. Analisa os resultados dessa 'soma' na França e no Brasil, as mudanças significativas nos contextos político, econômico, cultural, social e político que marcaram, diferentemente, do nascimento à condenção. O texto finaliza examinando o 'culpado', as críticas e questionamentos que se somaram como justificativa para a condenação, à luz da perda de legitimidade da premissa projetual inicial de inclusão social que marcou a ação governamental à época do seu nascedouro.

Palavras-chave: Modernismo, Habitação Popular, Conjuntos Habitacionais

This paper addresses the relationship between the Modern Movement and mass housing provision focusing on the large-scale housing estate model. It examines the ideological values underlying the roles of the State and of the working classes, how they were, originally, knitted together into specific spatial patterns characteristic of the modern movement. Those shapes and forms were then associated with the positive expectations of significant social, economic, environmental and political changes following the two world wars. The paper analyses the profound changes that the modernist mass-housing estates have, since then, undergone and the series of criticisms that followed, in the light of the also profound changes in the role of the State. Obsolescence of space and societies having, apparently, become part of the process, there is no more need of redemption, no more rebel cause to fight for. The

Modern Movement lost its drive and the working classes part of its conquests. What next?

## **DE MOCINHO A BANDIDO - MUDANÇAS E CONTINUIDADES NO MODELO ESPACIAL MODERNISTA DOS GRANDES CONJUNTOS DE HABITAÇÃO POPULAR**

### INTRODUÇÃO

O encontro da arquitetura com a habitação é relativamente recente. O saber tradicional dos mestres construtores dos palácios de ontem, não parecem apresentar indícios dos princípios projetuais aplicados nos grandes conjuntos habitacionais produzidos no século XX.

Aos precursores filantropistas coube buscar, e encontrar, formas arquitetônicas para o seu projeto – abrigar seus operários. O higienismo, suas premissas doutrinárias - morais e religiosas, e *de controle social* – encontraram afinidade com o passado rural, o resgate da natureza, através de tipologias que lembravam a vida no campo, ao mesmo tempo reforçando *a histórica servidão a ela associada*.

Esse primeiro contato tem, portanto, seus antecedentes no campo, nas casas rústicas e pobres, sem lugar para desperdícios e, portanto, totalmente *funcionais*. Motivado por encontro fortuito promovido pela pintura de paisagens campestres, no século XVIII, segundo alguns (Corona, 1991), ou pelo abandono dessas construções por seus moradores atraídos pelas novas luzes das cidades que a Revolução Industrial produziu, segundo outros (Scoffham, 1988), a habitação rural foi assimilada como referência, despertando o interesse estético pelo pitoresco (Rapoport, 1963). Fortuito ou não, esse encontro teve conseqüências inimagináveis para a Arquitetura. Criou, aparentemente, as condições para contrapor à rigidez das regras de composição do classicismo – simetria, unidade e subordinação - a fluidez dos espaços *funcionais*, sem desperdícios de área ou de material, por sua vez escolhidos não mais pelo seu conteúdo simbólico mas pela sua praticidade e desempenho, mais uma vez *funcional* face às determinantes climáticas.



Fig. 1: A charge política do Jornal The Guardian (23 de março de 1990, Londres), resgata a “fonte de inspiração” rural, a sua ‘expropriação’ e suas consequências sobre a provisão em massa da habitação popular.

O movimento moderno apreende essa *eficácia funcional* e recoloca a questão da moradia do ponto de vista da habitação coletiva como *um novo modo de vida*, uma nova perspectiva de futuro, através do qual novos patamares de conforto doméstico seriam alcançados e universalizados. Um propósito tão desejado foi tornado possível através da economia de escala que a mecanização, a industrialização da construção e a produção em série passara a permitir. A possibilidade da industrialização determinou o processo e a forma tornando-se o próprio sujeito das intervenções em grande escala que se sucederam. Uma nova prática projetual se estabeleceu a partir dessas premissas, totalmente distinta de tudo que lhe precedera. Não podendo transformar cada cortiço em um palácio optaram por inserir a moradia operária em um “palácio social”, imagem compatível com a grandeza da escala que a linguagem estética modernista aportaria.

O habitat ideal não poderia ser definido apenas pela superfície dos cômodos ou por sua distribuição. Haveria que olhar o modelo cultural de ordem doméstica que determinava o ritual das aparências, o reconhecimento dos modelos familiares, dos papéis feminino e masculino e das relações de autoridade. Ao mesmo tempo, além dessas referências à vida familiar, a moradia exerceria a histórica função, lá como

aqui, de integradora de seus ocupantes ao sistema urbano revelando um pacto social, voluntário ou não, designando, pela sua localização específica na cidade, o lugar de cada um naquela sociedade.

**A CECAP não constrói apenas casas. Constrói uma nova maneira de viver.**

Os projetos da CECAP não são simples casas e apartamentos, mas conjuntos integrados com todas as exigências da moderna vida urbana. Através desses conjuntos, a CECAP assegura boas condições para uma vida tranquila e feliz a seus moradores. Eles são as famílias dos técnicos e trabalhadores do Interior e também dos que vêm de fora atraídos pelo extraordinário surto de industrialização do Estado. Mas a CECAP vai mais longe: beneficia toda a comunidade local pois seus projetos orientam o desenvolvimento urbanístico da cidade, servindo de modelo às Prefeituras e construtoras. É dessa forma que a CECAP, como executora dos programas habitacionais do Governo do Estado de São Paulo, cumpre seu papel no Plano de Interiorização e Desenvolvimento. A CECAP tem já bons exemplos do seu trabalho. O Parque CECAP de Guarulhos com 10.440 apartamentos, o projeto de Taubaté já iniciado e os próximos lançamentos de Jundiaí e Itatiba. São verdadeiras cidades, com todo o conforto às famílias: escola, posto de saúde, supermercado, clube, lojas e imensos gramados. Tudo enfim para um modo de vida mais feliz. É o que a CECAP oferece àqueles que participam com seu trabalho do Plano de Interiorização e Desenvolvimento.

**CECAP**

LEGITIMAÇÃO?

Fig. 2: A mensagem publicitária reflete a premissa ideológica associada moradia do ponto de vista da habitação coletiva como *um novo modo de vida*

O modelo espacial dos grandes conjuntos habitacionais vem sofrendo severas críticas quanto ao seu processo de projeção e produção, em mais de um país onde foi implantado - EUA (Jacobs, 1961; Cooper-Marcus, 1986), Grã-Bretanha (Campbell, 1973; Colquhoun, 1978; Coleman, 1985) e França (Dufaux, 2004), “justificando”, em alguns casos, a implosão da ‘solução’ transformada em problema. Sem negar a arbitrariedade das decisões que caracterizaram os processos mencionados, no que respeita as dimensões políticas, econômicas e sociais assim como, também, as arquitetônicas e urbanísticas, cabe ressaltar as conquistas de

conforto que significaram ao incorporarem a moradia operária do século XX à cidade enquanto abrigo individual por família, a disponibilidade de banheiros e cozinhas exclusivos, do saneamento, da eletricidade, do acesso a equipamentos urbanos. Ainda constituem privilégios a serem conquistados no século XXI por milhões de pessoas em muitas comunidades em várias cidades em diferentes países, inclusive o nosso.

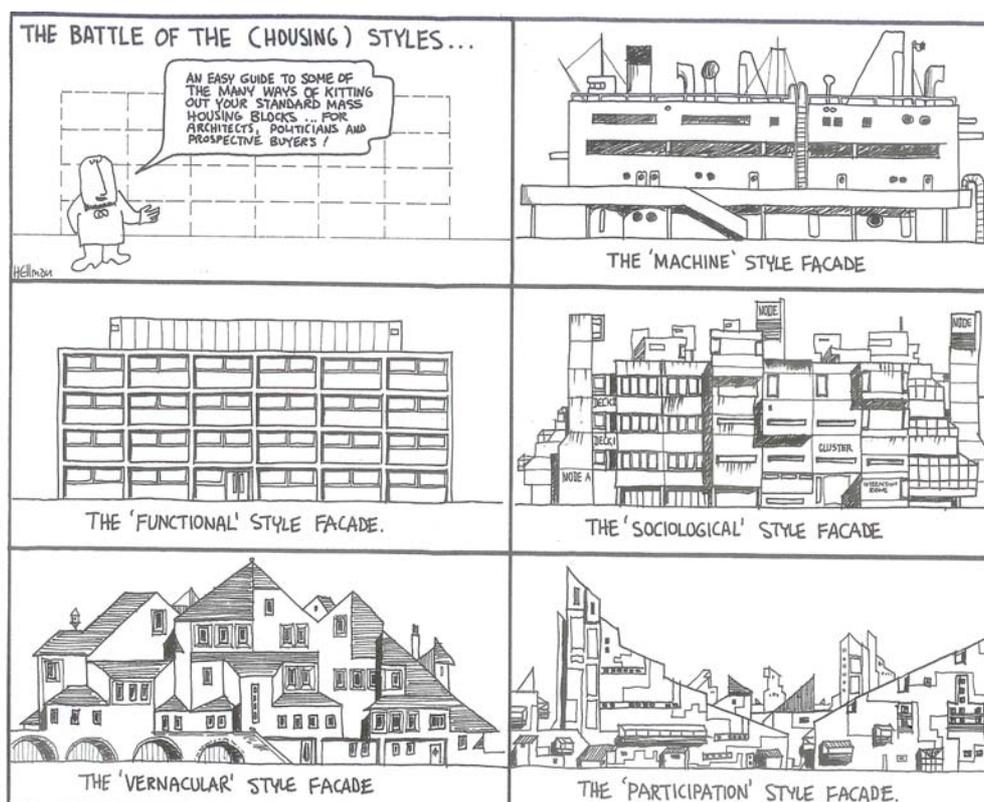


Fig. 3: A versão de Hellman (versão ou aversão?), de 1980, sobre significados e formas na produção em massa de habitação popular, *uma questão de estilos...*

As condições ambientais antecedentes caracterizaram-se pelos cortiços e favelas que marcaram a rica paisagem urbana das grandes cidades europeias de Londres, Paris e Berlim ao longo século XIX. Da mesma forma, no Brasil, caracterizam-se, ainda, pelos cortiços e favelas que marcam as cidades brasileiras, umas mais do que outras, e suas populações, sem falar das senzalas no campo e suas relações de anulação escravagista que também “teimam” em continuar existindo.

Os grandes conjuntos habitacionais, objeto de críticas devido à abordagem “produtivista” aplicada à solução do problema habitacional, permanecem na paisagem de inúmeras cidades enquanto marcos de conquistas e derrotas. *Dessas contradições, e da sua coexistência assumida, é feita a história das cidades, da arquitetura e da habitação popular.*

## O MODELO

O questionamento do modelo espacial adotado, e do respectivo processo de produção, tanto no que toca às instâncias decisórias quanto aos procedimentos construtivos, serviu de pretexto, no passado recente, para a efetivação de profundas modificações administrativas no processo de provisão. Vale, portanto, a pretensão necessária de definir – ainda que o senso comum aponte o objeto facilmente na paisagem - para efeitos didáticos, os traços que o caracterizam. O modelo arquitetônico e urbanístico do grande conjunto habitacional que importamos se distingue, originalmente, por prédios em forma de lâminas compridas com um mínimo de 500 a 1.000 unidades habitacionais, localizados geralmente na periferia das cidades, financiados em grande parte pelo Estado de diversas maneiras, seja para ocupação sob a forma de venda ou locação, construídos com frequência através de processos industrializados com previsão, nem sempre materializada, de equipamentos que conferissem alguma autonomia ao conjunto.

A escala da demanda decorrente dos efeitos acumulados de duas guerras mundiais, com um curto intervalo de tempo entre elas, determinaram, ao mesmo tempo, a necessidade e a pressa na implantação do modelo na Europa. Inicialmente na França, posteriormente exportado para vários países socialistas, pelas mesmas razões e, ao final, copiados em outros países, inclusive o nosso. Na França, em 20 anos de produção, de 1953 a 1973, data em que foi proibida a construção de novos projetos com as mencionadas características, os grandes conjuntos abrigaram um sexto da população e alteraram significativamente as relações humanas das famílias moradoras e delas com a comunidade de vizinhos e com a cidade. Conceito um tanto fluido e incompleto que disfarça a complexidade do problema habitacional e da escolha desse modelo espacial como solução, o fato é que se distingue pela presença conspíqua, pela sua estranheza e isolamento tanto na paisagem como na sua expressão plástica.

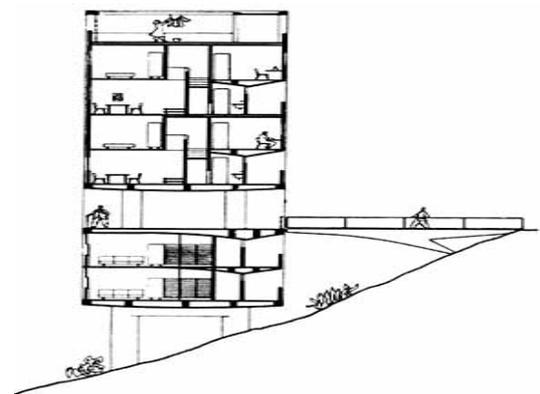


Fig. 4: Foto da maquete, e do corte, do conjunto residencial na rua Marques de São Vicente.

A implosão desses conjuntos tem sido considerado solução, em países mais ricos que o nosso, para os problemas sociais que lhes foram exclusivamente atribuídos. *Bode expiatório para diferentes mudanças no papel do Estado, não só no Brasil, o grande conjunto habitacional corre sérios riscos de extinção, juntamente com a tarefa de provisão habitacional, anteriormente considerada de responsabilidade governamental inquestionável.* Explica, mas não justifica, no presente, a inércia e omissão de diferentes instâncias de governo em detrimento de uma crescente população de carentes.

Sem negar o caráter impositivo com que o modelo foi reproduzido e implantado, a falta de manutenção dos prédios, o abandono dos moradores e o processo com frequência arbitrário com que foram ocupados, fatos simultâneos com a materialização desses projetos e que constituem as primeiras razões para o argumento da “falência do modelo” que o discurso político lhes atribue, tanto lá, no país natal, quanto aqui, no nosso, de adoção. A sua proibição, em março de 1973, na França, não teve como consequência a eliminação do problema a despeito do volume de recursos investidos em políticas municipais, desde então, que tratam pontual e fragmentadamente, portanto, da ‘capa’ do tecido urbano construído, através de medidas cosméticas cujos resultados e durabilidade, sob as mesmas condições de omissão do Estado, carecem de avaliação. *Medidas, mais uma vez, replicadas no Brasil e, da mesma forma, carentes de um processo de acompanhamento e avaliação.*

A destruição de grandes conjuntos habitacionais na Europa pode gerar custosas repercussões no Brasil, pelo tradicional “efeito vitrine”, como foi o da sua implantação, em primeiro lugar, ainda que as sucessivas modificações introduzidas pelos moradores, sem a necessária legitimação do Estado, tenham tornado o modelo original, aqui, em muitos casos, quase irreconhecível. A crise habitacional aumentou significativamente alterando o perfil e ampliando quantitativamente carências e carentes, e sua distribuição no território. Assim como, também, as ditas políticas governamentais de soluções habitacionais estão, hoje, no Brasil, distantes da produção, do projeto e do objeto. Reduzidas, cada vez mais, à regularização fundiária como finalidade, à urbanização de favelas como anseio, nem sempre materializável, e à recuperação de edificações abandonadas nos centros das grandes cidades como necessidade premente de auto-preservação, essas ações governamentais têm, aparentemente, hoje, a inserção da habitação popular como um pretexto que justifique o esforço, ainda que pontual e quantitativamente insignificante e dificilmente generalizável.

Cabe, portanto, analisar.

#### A IDEOLOGIA – QUANDO O GRANDE CONJUNTO ERA MOCINHO

Os efeitos cumulados dos desastres da guerra, do êxodo rural e do crescimento vegetativo acelerado pelo baby-boom que sucedeu à guerra, acentuaram a crise permanente e antiga da habitação justificando a produção em grande escala. Esta sómente se tornou possível através de um ambicioso programa de engenharia social, de inspiração stalinista, presente na Europa, independente das diferenças de regime entre os diversos países, como aqui. As necessidades determinadas pela economia de guerra, pela industrialização que progredia a passos largos, pelos planos quinquenais, tudo somado facilitava a ‘tecnocratização’ dos processos políticos de decisão, condição indispensável para realizar essa utopia gigantesca que se manifestava sob diferentes bandeiras tanto na Europa ocidental quanto oriental, como aqui, no auge do regime militar.

Tratava-se de construir protótipos formais, morfológicos e sociológicos que consubstanciassem novas regras de vida coletiva, novas relações entre Estado e cidadão. Uma imagem inovadora, prestigiosa, simbólica, sinal visualmente perceptível na paisagem do reconhecimento pelo Estado provedor da importância da

classe operária para a materialização dos propósitos estratégicos da nação. Indício de um projeto de futuro, melhor e inclusivo, e da conseqüente promoção de seus moradores, os grandes conjuntos foram adorados, inicialmente, pelo que representaram de ascensão e reconhecimento de uma dada classe social historicamente suprimida da paisagem de referência notável subitamente tornada visível.



Fig.5: fotos de Pedregulho em 2005

#### A CONCEPÇÃO NA EUROPA E REPERCUSSÃO NO BRASIL

Auguste Perret já imaginava, em 1920, uma cidade de torres de habitação intercaladas de grandes avenidas. A Corbusier, no entanto, é mais frequentemente atribuída a paternidade pelo modelo espacial dos grandes conjuntos habitacionais, pela adaptação e recontextualização dos arranha-céus na feição das torres que se multiplicaram nos subúrbios franceses (Baron, 2004). Fascinado pelos arranha-céus norte-americanos (e ao mesmo tempo horrorizado) desenvolve o tema das laminas e torres para o Plan Voisin de Paris, o qual, conquanto jamais tenha se materializado, uma vez exposto na Exposição de Paris de 1937, influencia outros tantos arquitetos inspirando diferentes versões do modelo nos grandes conjuntos habitacionais que desde então se multiplicaram.

A tentativa de elaborar um projeto de máquina a habitar, inspirado na linha de montagem refinada de uma indústria automobilística, encapsulada em moldes pré-fabricados de concreto, teve diferentes medidas de sucesso, na Europa. Na França, seu país de origem, a necessária confiança para a sua produção em grande escala sómente se fez sentir a partir de 1952, com os efeitos acumulados das guerras e do êxodo rural.

No Brasil, o efeito repercussão do pensamento modernista foi mais rápido.

Em 1930, com o início da ditadura de Getúlio Vargas e sua política de desenvolvimento nacionalista baseada no modelo de substituição de importações, e conseqüentemente no trabalhador operário como célula inicial da formação da riqueza nacional, a temática de habitação social colocou-se entre as prioridades a serem discutidas e implementadas. A questão sanitária outrora preponderante nos debates acerca da moradia operária passa a segundo plano, e o tema da habitação social surgia, a casa do trabalhador era então reconhecida como unidade principal para a formação ideológica, política e moral do Homem Novo para um Estado Novo.

A casa própria, facilitada pelas mãos do governo, seria a recompensa pelo sacrifício, pelas más condições de trabalho e de vida do operário brasileiro. A necessidade política de conquistar legitimação social através de políticas públicas “compensatórias”, característica de Vargas como das demais ditaduras que se seguiram, privilegiava, inicialmente, a casa própria isolada com um quintal nos fundos, de inspiração rural, voltada para o (re)estabelecimento de valores de moral e vida em família e, mais uma vez, reiterando as históricas relações de autoridade a ela associadas.

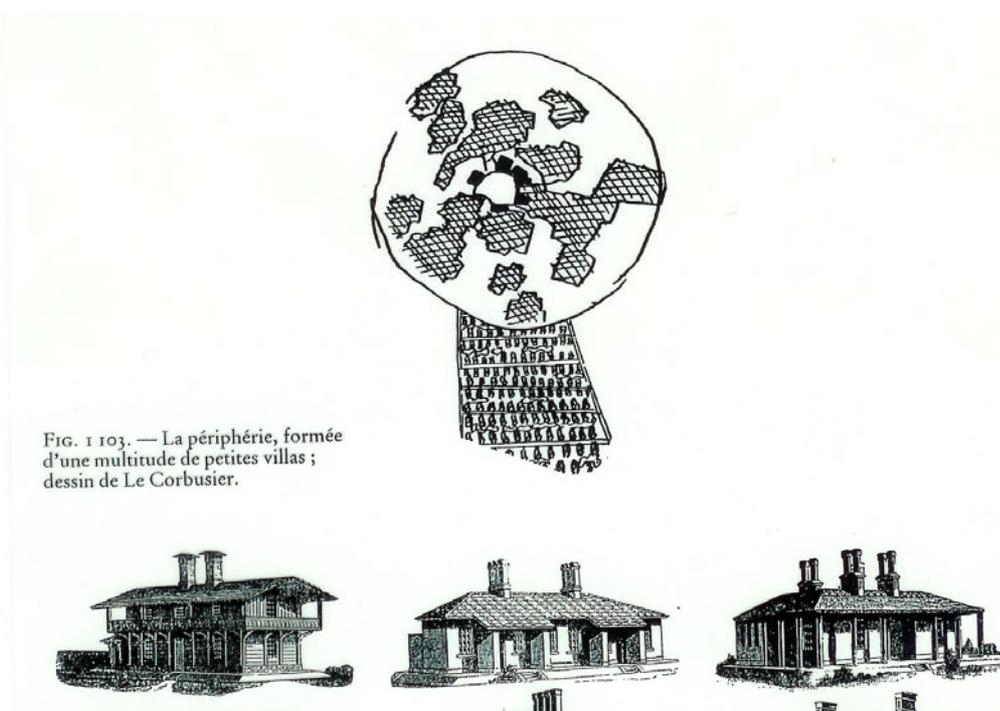


Fig. 6: Na parte superior da figura o desenho de Le Corbusier ilustra o seu pensamento sobre os caminhos da expansão urbana, “periferia formada de uma multidão de casinhas”, que LC apresentava como justificativa para a sua proposta. Na parte inferior da figura “modelos” de casinhas de um manual inglês de construção.

Os cortiços, por outro lado, eram vistos como espaços de imoralidade que propiciavam a infidelidade e a desagregação das famílias. Ao mesmo tempo, a convivência grupal naquelas condições facilitava a expressão coletiva da sua insatisfação com suas condições de trabalho e de vida, com potencial explosivo para o crescimento de revoltas populares e suas consequências sobre o equilíbrio político, econômico e social do regime de governo vigente (FINEP, 1980; Aragão, 1996; Bonduki, 1998).

A crescente escala da demanda, todavia, determinou a mudança de perspectiva transformando-se, ao mesmo tempo, em critério projetual e condicionante de produção. Temas como redução do custo de construção das novas moradias passa, então, para a linha de frente, como um dos pontos principais das discussões o que determinou, como questão central, enfrentar o desafio de *alterar o modelo de produção e de provisão de moradia*. Por inspiração do Movimento Moderno, a ação governamental voltou-se, então, para a inserção da moradia operária na cidade através de novos modelos espaciais e da instituição de novas regras de vida coletiva, projeto ambicioso baseado em premissas de engenharia social que permeava o discurso político tanto na Europa quanto no Brasil, tanto de esquerda quanto de direita.

Os resultados desses debates pontuavam sobre o tema da “habitação para o mínimo nível de vida”, o *existenzminimum*, ou ‘o espaço mínimo necessário para a realização das atividades da vida cotidiana do homem moderno’, e influenciaram significativamente o IDORT e o tão citado I Congresso de Habitação, de 1931. Conceitos como racionalização, pré-fabricação, superação dos métodos artesanais, padronização buscando a diminuição do custo das unidades habitacionais, foram desde então discutidos e algumas vezes praticados, refletindo a sintonia com os enunciados do 2º CIAM.

## O ESTIGMA – QUANDO O GRANDE CONJUNTO VIROU BANDIDO

A propaganda crítica estilística quanto ao alegado mau gosto dos grandes conjuntos habitacionais, tem vida breve, quando comparada com a linguagem estética da atuação e a omissão que, respectivamente, os precederam e sucedeu. A estética dos loteamentos promovidos pelo setor privado para abrigar a classe operária, retalhando a cidade no varejo, durante a maior parte do século XIX e início do século XX, distinguiu-se pela má qualidade ambiental urbana e arquitetônica, pelas péssimas condições de aeração, iluminação e escoamento de águas servidas. Da

mesma forma, a declarada omissão que sucedeu a extinção da última, até agora no Brasil, agência de fomento à produção da habitação popular em larga escala, tampouco se sustenta na 'competição' particularmente quando se somam ao hiato deixado, o crescimento das favelas, o abandono e a falta de manutenção da produção realizada.

A estigmatização dos grandes conjuntos foi ideológica assim, também como foi ideológica a constatação da impossibilidade do projeto social subjacente, de reconhecimento e promoção das classes operárias, nos diferentes regimes de governo em que foram implantados. O modelo espacial dos grandes conjuntos habitacionais conquistou apoio e admiração enquanto preconizou um projeto de futuro, socialmente inclusivo e catalizador da atenção nacional e internacional, desejado e longamente esperado. Naquelas condições, enquanto vigoraram, a simplicidade geométrica das formas arquitetônicas, os grandes planos de uso comum, a padronização contrapondo a ostentação de símbolos diferenciadores de consumo, consubstanciaram, efetivamente, a inovação, o *moderno...* à frente de seu tempo.

O aspecto *a-histórico* do conceito - *o modernismo jamais envelheceria, seria sempre moderno* - jamais sofreria a obsolescência, jamais precisaria de reposição, refratário, por premissa projetual de totalidade, à fragmentação por qualquer motivo que fosse, levou o modelo, enquanto proposta urbanística e arquitetônica, à auto-condenação, à extinção por essa rigidez principista. A pressão do mercado para que fossem liberados os mesmos recursos financeiros, anteriormente aplicados para o atendimento da demanda popular, para investimentos mais lucrativos e de mais rápido retorno, foi a alegada razão econômica para a declarada falência dos grandes conjuntos. Razão econômica carregada de propósitos políticos e de mudanças significativas nas regras de vida da coletividade, marcadas pela crescente exclusão social para a qual a imagem urbana mais compatível é, sem dúvida, o anel de pobreza que hoje sitia um grande número de cidades, em nosso País como, também, no dos outros.

A falta de manutenção, assim como a prática tão frequente de realocar atribuições para outras instâncias governamentais, de hierarquia inferior, sempre que se mostram muito difíceis de cumprir, ajudaram a transformar o que era ideológico em questão objetiva. A degradação física do projeto foi acompanhada da

desqualificação do projeto político que lhe deu origem – a constatação ideológica da impossibilidade da inclusão social.

## MUDANÇAS E CONTINUIDADES

“... a amnésia, lá como aqui, favorece a cegueira histórica, as políticas segregacionistas, a tirania tecnicista...”(Chemetov, 2004).

Domingo, 19 de maio de 2002 O GLOBO RIO •

# Estado investiga custos de casas populares

Segundo nova administração, cada unidade chegou a ser construída por R\$ 20 mil, quando valor normal é R\$ 10 mil

**Maiá Menezes**

• Uma auditoria feita pelo novo governo levantou dados que mostram a gravidade da crise habitacional no estado. De acordo com a Secretaria Executiva do Gabinete da governadora Benedita da Silva, das 112.231 casas que a administração anterior planejava construir, apenas 6.928 foram erguidas e 3.136 estão sendo executadas. Mesmo com o número inferior às projeções, a construção dos imóveis consumiu R\$ 150 milhões, pagos no governo Garotinho. A gestão de Benedita da Silva herdou R\$ 50 milhões em dívidas com a construção de casas populares.

**Governo anterior executou apenas 6% do programa**

Apesar de apenas 6,1% do programa Morar Feliz, apresentado em 1999 pelo governo anterior, ter sido executado, 61,5% das verbas previstas já saíram do tesouro que sair dos cofres do estado. O governo investiga a existên-

Quatêdio Coimbra/25-07-2001



O CONJUNTO HABITACIONAL Nova Sepetiba, na Zona Oeste: das dez mil casas previstas, pouco mais de 3.500 foram construídas até abril

sustentar isso. É uma situação jurídica instável. Querem dar aos moradores a chance de adquirirem as casas do Nova Sepetiba — disse o secretário, que ainda não determina de que forma os moradores poderão financiar as casas.

**Déficit habitacional no RJ é de 380 mil unidades**

O último levantamento do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Furação Cide), de 2000, mostra déficit de 380 mil casas no estado. O governo estadual planeja para o próximo mês Conferência Estadual de Média, para traçar um plano estadual de habitação com as metas para o setor.

O porteiro Severino de Arjo, de 32 anos, é um dos que sonham com as promessas — agora não cumpridas. Ele conta com um cupom que recebeu da Cehab, há um ano, como garantia de que vai ganhar a casa. Severino foi um das 698 pessoas que preencheram o formulário para a Cehab.

Fig. 7: Sem comentários ...

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ARAGÃO, José Maria. **Sistema Financeiro da Habitação**. Curitiba: Juruá, 1997.
- BENÉVOLO, Leonardo. **Histoire de la Ville**. Roquevaire: Éditions Parenthèses, 1983.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CAMPBELL, Kenneth. **Public Architects and the End of Innocence**. Londres: RIBA, 1973.
- CARVALHO, Thereza. **Change and Continuity: the housing estate model and total State control**. Paris: CILOG, 1990.
- COLEMAN, Alice. **Utopia on trial**. Londres: Hillary Shipman, 1985.
- COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica, ensaios sobre Arquitetura**. Cambridge: MIT, 1989. São Paulo: Cosac & Naiffy, 2004.
- COOPER-MARCUS, Claire. **Housing as if People Mattered**. Berkeley: University of California, 1986.
- CORBUSIER, Le. **Precisões – Sobre um estado presente da Arquitetura e do Urbanismo**. Paris: Les Éditions G. Crés, 1930. São Paulo: Cosac & Naiffy, 2004.
- FOURCAUT, A. E DUFAUX, F. **Le monde des grands ensembles**. Paris : Créaphis, 2004.
- HELLMAN, Louis. **All Hellman Braks Loose**. Londres: Architectural Press, 1980.
- MARTINEZ, Affonso. **Ensaio sobre Projeto**. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- SCOFFHAM, Ernest. **The Shape of British Housing**. Londres: George Godwin, 1984.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1997.